

Caravana da Anistia

O **Globo** publica a reportagem “Ato comemora devolução da sede da UNE”, onde informa que membros da UNE e da Ubes, artistas e ex-dirigentes estudantis se reuniram ontem à noite no Café Lamas, no Flamengo, para um ato de adesão à campanha pela reconstrução da sede da entidade na Praia do Flamengo. O projeto, doado por Oscar Niemeyer, prevê um prédio de 13 andares e um Centro Cultural no mesmo local ocupado pela entidade até o golpe militar de 1964. Hoje, às 10h, o terreno da entidade será palco da Caravana da Anistia, um projeto da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça que promove sessões de julgamento de pessoas que foram perseguidas politicamente na época da ditadura militar. Serão julgados processos de cinco ex-militantes estudantis perseguidos, presos e torturados no período da ditadura militar.

Coluna de Márcia Peltier Ato tardio

Hoje, no Rio, o ministro Tarso Genro anunciará que o Estado reconhece que Elza Monnerat foi perseguida política da ditadura militar. Isso assegura à ex-militante do Partido Comunista do Brasil indenização de R\$ 100 mil. Mas como ela faleceu em agosto de 2004, aos 91 anos, sem deixar herdeiros conhecidos, o dinheiro ficará depositado numa conta administrada pela Comissão de Anistia, até que alguém prove direito sobre a bolada.

Anistia

Na reportagem sobre as declarações do ministro **Tarso Genro** sobre a Lei de Anistia, a **Folha** ressalta a posição do ministro da Justiça se opõem à posição das Forças Armadas e de muitos setores do governo. O jornal recorda recente declaração do ministro Nélson Jobim, que disse que a Lei da Anistia trouxe “conciliação e pacificação”. Segundo o jornal, a interpretação política hegemônica, porém controversa, sustenta que a anistia beneficiou os dois lados: funcionários do regime e opositores.

A **Folha** ouviu o presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Figueiredo, que respondeu a Tarso: “Se for pensar assim, tem gente que ocupa cargos de ministro que fez a mesma coisa: torturou, só que pelo outro lado. Roubou, assaltou banco”. Segundo o general, “a Lei da Anistia foi para apagar esse passado. No Brasil, esses casos [de tortura] foram poucos e localizados. Acho que Tarso Genro está querendo tumultuar um pouco, como está tumultuando lá no problema da [reserva indígena em Roraima] Raposa/Serra do Sol”.

#

O **Estadão** informa que o ministro da Justiça, **Tarso Genro**, defendeu ontem, durante solenidade no terreno da antiga sede da UNE, o julgamento daqueles que cometeram crimes de tortura durante o regime militar para que tenham direito à anistia política, como pleiteiam. A reportagem destaca que o presidente nacional da OAB, César Britto, defendeu a fala do ministro: “Para que eu perdoe, eu preciso saber do que estou perdendo. A razão do perdão.

Por isso que insistimos que anistia não é amnésia. Temos que saber efetivamente o que aconteceu, conhecer todos os detalhes do que aconteceu na ditadura militar para que não possamos repetir o erro”, argumentou.

De acordo com o Estadão, o ministro criticou a falta de espaço para debates de posições antagônicas na grande imprensa. “O que se vê, na verdade, em cima de determinados temas, é uma velada censura a respeito de opiniões. Um velado cuidado para que as potencialidades democráticas da sociedade brasileira não se expressem de maneira plena”, disse.

#

Correio noticia que o ministro da Justiça, **Tarso Genro**, defendeu ontem o julgamento daqueles que cometeram crimes de tortura durante o regime militar para que os envolvidos tenham direito à anistia política. “Alguns deles, de boa fé, dizem que a anistia foi feita para todos, inclusive para os torturadores. Muito bem, se ela foi feita para os torturadores, eles têm de ser julgados, têm de receber uma pena e depois receber a anistia”, explicou. Segundo informou a Agência Estado, as declarações foram feitas por Tarso durante solenidade no terreno da antiga sede da UNE. O jornal informa que o presidente nacional da OAB, Cezar Brito, defendeu a fala do ministro.

#

Jornais noticiam que o Ministério Público Federal entrou ontem com ação civil pública pedindo à Justiça que declare os coronéis do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel responsáveis por torturas, mortes e desaparecimentos e os obrigue a ressarcir à União o dinheiro gasto com indenizações (R\$ 7 milhões) a 64 famílias de mortos e desaparecidos políticos entre 1970 e 1976, período em que comandaram DOI do antigo 2º Exército, em São Paulo. É a primeira vez que o Ministério Público propõe uma ação civil buscando a punição de militares envolvidos com a repressão política no regime militar.

A **Folha** e **O Globo** destacam que o ministro da Justiça, **Tarso Genro**, defendeu ontem o julgamento e a punição dos responsáveis pelos crimes de tortura durante o regime militar. Em sua opinião, a tortura não é crime político, portanto não está coberta pela Lei da Anistia. O ministro discursou no terreno onde funcionou a sede da UNE até 1964, no Rio de Janeiro e afirmou que tem pessoas que defendem que a anistia foi feita para todos, inclusive os torturadores e complementou: “eu repondo: se ela foi feita para os torturadores, eles têm que ser julgados, receber uma pena e depois receber anistia.”